

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME  
(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO  
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO  
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 3**

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME  
(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO  
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO  
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 3**

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Posaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E724 A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-56-0

DOI 10.22533/at.ed.560201903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 370.710981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422**

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” reuni pesquisas entorno de um debate atualizado e propositivo sobre a educação no Brasil. Apresentamos um conjunto de resultados e propostas que visam contribuir com a educação brasileira a partir de um diálogo intercultural e suas relações com as políticas públicas em educação.

São 108 artigos divididos em 5 Volumes. No Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Políticas Públicas, Gestão Institucional e História e Desafios Socioeducacionais, totalizando 20 textos inéditos.

No Volume 2, os temas selecionados foram Educação Superior e Formação de Professores. São 21 artigos que chamam para um diálogo propositivo e instigante. O índice é um convite a leitura.

Compõe o Volume 3, 25 artigos em torno das temáticas Prática Pedagógica, Educação Especial e Interdisciplinaridade. Este volume é bem crítico e traz propostas inovadoras que merecem atenção especial do leitor.

O Volume 4 traz 20 artigos bem estruturados e também inéditos que discorrem sobre práticas e propostas para a prática do uso das tecnologias em espaço escolar e da Educação de Jovens e Adultos.

Fechamos a obra com 22 artigos selecionados para o Volume 5, agrupados em torno das temáticas do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e de Gênero e Racismo.

A obra “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” está completa e propõe um diálogo útil ao leitor, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas quanto no intercâmbio científico entre pesquisadores, autores e leitores.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONSTRUÇÃO E USO DO SMARTSCÓPIO: PONTES PEDAGÓGICAS ENTRE A UNIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO BÁSICA	
Fernando Lourenço Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5602019031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
AS ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO MILITAR: DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES	
Tamara Aretta Mauerberg Teche de Farias Patricia D'Azeredo Orlando Bacciotti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5602019032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
CRIATIVIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PROCESSOS DE CRITICIDADE GERADORES DE TRANSFORMAÇÃO	
Elizandra Sirlei Del Zotto Ritter Patricia Thoma Eltz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5602019033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>30</b>
O PENSAMENTO SISTÊMICO E A PRÁTICA DOCENTE NOS PROCESSOS AVALIATIVOS	
Márcia Lopes Leal Dantas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5602019034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
PARADIGMA DA COMPLEXIDADE – PRINCIPIOLOGIA DE AVALIAÇÃO	
Adelcio Machado dos Santos Jucielle Marta Baldissareli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5602019035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>48</b>
UMA INTELIGÊNCIA POR TODAS	
Matheus de Barros Silva Cardoso Henrique Lílian Coutinho de Barcelos Geisa Fonseca de Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5602019036</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>53</b>
“ENXERGANDO” LONGE A PARTIR DAS RECOMENDAÇÕES DO W3C: POSSIBILIDADES ACESSÍVEIS PARA PESSOAS COM BAIXA VISÃO NA WEB	
Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos	

**CAPÍTULO 8 ..... 64**

**A VELOCIDADE E LEGIBILIDADE DA ESCRITA MANUAL DE DISLÉXICOS EM UMA TAREFA DE PRODUÇÃO TEXTUAL**

Natália Lemes dos Santos  
Monique Herrera Cardoso  
Simone Aparecida Capellini

DOI 10.22533/at.ed.5602019038

**CAPÍTULO 9 ..... 73**

**ACESSIBILIDADE DOS CONTEÚDOS EDUCACIONAIS *ONLINE* NA PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA DO ALUNO CEGO**

Isolda Veronese Moniz Vianna Lisboa

DOI 10.22533/at.ed.5602019039

**CAPÍTULO 10 ..... 79**

**AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO BRASIL**

Taynara Maria Mendonça de Souza  
Raquel Martins de Oliveira  
Ana Maria Alves Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.56020190310

**CAPÍTULO 11 ..... 90**

**COMPORTAMENTO INFOCOMUNICACIONAL DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR LUDOVICENSE (UFMA, UEMA, IFMA E UNICEUMA): UMA PROPOSTA DE PESQUISA**

Isabel Cristina dos Santos Diniz  
Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.56020190311

**CAPÍTULO 12 ..... 102**

**CONCEPÇÕES DE CUIDADO PARA INDIVÍDUOS COM TEA: POSSIBILIDADES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

Gabrieli Quevedo Meira  
Jassonia Lima Vasconcelos Paccini

DOI 10.22533/at.ed.56020190312

**CAPÍTULO 13 ..... 115**

**DESEMPENHO ORTOGRÁFICO E METAFONOLÓGICO DE ESCOLARES COM DISLEXIA MISTA APÓS INTERVENÇÃO: ESTUDO DE CASO**

Gabriela Franco dos Santos Liporaci  
Simone Aparecida Capellini

DOI 10.22533/at.ed.56020190313

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>122</b>
DIFICULDADE OU TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM: DIFERENCIANDO E COMPREENDENDO	
Miryan Cristina Buzetti Regiane da Silva Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>128</b>
NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Carolina Magro de Santana Braga Fabiana Maris Versuti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190315</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>132</b>
O ENSINO DA MÚSICA PARA ALUNOS SURDOS: UMA REVISÃO NACIONAL	
Brenda Novaes de Araújo Miryan Cristina Buzetti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>139</b>
O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BUSCA DE UM DIAGNÓSTICO PRECOCE VISANDO A INCLUSÃO	
Thamires Gomes da Silva Amaral Lessa Shirlena Campos de Souza Amaral Viviane de Oliveira Freitas Lione Cristina Maria Carvalho Delou Danielle Gonçalves Novelli Nadir Francisca Sant'Anna	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>155</b>
PRÁTICAS REALIZADAS POR UNIVERSITÁRIOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E SUAS FAMÍLIAS	
Tamara Aretta Mauerberg Teche de Farias Carolina Molena Rita de Cássia Petrenas Carlos Eduardo Romano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190318</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>163</b>
USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA E AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS: PRATICANDO ACESSIBILIDADE	
Isabel Cristina dos Santos Diniz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190319</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>174</b>
A GRAMÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO FLE: SEU LUGAR DE DIREITO	
Edson José Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190320</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>187</b>
A ORIGEM DO UNIVERSO, DO PLANETA TERRA E DA VIDA: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA	
Marcos Vinícius Ferreira Vilela	
Edimarcio Francisco da Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190321</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>198</b>
APROPRIAÇÕES, USOS E RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: ARTES E OFÍCIOS NA PRAÇA SETE NO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE	
Alexandra Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190322</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>214</b>
A CULTURA CIRCENSE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	
Sintia Otuka Rossi	
Josilaine Aparecida Pianoschi Malmonge	
Maria do Carmo Monteiro Kobayashi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190323</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>221</b>
DISCALCULIA: PINTANDO, CONSTRUINDO E COMPREENDENDO A TABUADA DE MULTIPLICAÇÃO	
Ana Paula de Souza	
Ewerson Tavares da Silva	
Gabriela Silva Lemes	
Jordana de Oliveira do Amaral	
Luciana Alves da Costa Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190324</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>235</b>
ODONTOLOGIA UNIFSP NO SISTEMA PRISIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Alessandra Rigotti Menezes	
Vinicius Humberto Nunes	
Luciene Patrici Papa	
Eduarda Gimenes Correa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56020190325</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>242</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>243</b>

## APROPRIAÇÕES, USOS E RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: ARTES E OFÍCIOS NA PRAÇA SETE NO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE

*Data de aceite: 11/03/2020*

*Data de submissão: 13/12/2019*

**Alexandra Nascimento**

Centro Universitário UNA

Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBh)

Belo Horizonte - Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0035-547X>

**RESUMO:** O estudo analisa as distintas apropriações dos espaços da Praça Sete, no Hipercentro de Belo Horizonte, tomando como referência a produção dos distintos grupos que se apropriam dos seus quarteirões para exercer seus ofícios. Os espaços da Praça Sete abrigam no seu cotidiano artesãos, grupos de músicos, estátuas vivas e floristas que buscam obter algum ganho por meio da venda de sua produção. As supostas oposições entre o culto e o popular, entre o moderno e o tradicional são pensadas a partir da distinção estabelecida pela estética moderna entre arte e artesanato. No entanto, para compreender as práticas culturais é necessário pensar as relações e os cruzamentos entre a arte e o artesanato e não seus distanciamentos. Dessa forma, arte e artesanato, antes de qualquer categorização, são compreendidos como o trabalho de sujeitos que, com intenções diversas, produzem algo. Por meio de entrevistas e da observação das

práticas culturais na Praça Sete, é possível pensar não somente a relação existente entre arte e artesanato na contemporaneidade, mas também as diferentes formas de apropriação e ressignificação do espaço urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural; Espaços centrais; artes e ofícios;

### APPROPRIATIONS, USES AND RESIGNIFICATION OF SPACES: ARTS AND CRAFTS AT PRAÇA SETE IN THE HIPERCENTRO OF BELO HORIZONTE

**ABSTRACT:** The study analyzes the different appropriations of the spaces of Praça Sete, in the Hipercentro of Belo Horizonte, taking as reference the production of the distinct groups that appropriate their blocks to exercise their trades. The spaces of Praça Sete house in their daily life artisans, groups of musicians, living statues and florists who seek to gain some through the sale of their production. The supposed oppositions between the cult and the popular, between the modern and the traditional are thought from the distinction established by the modern aesthetics between art and craft. However, to understand cultural practices it is necessary to think about the relations and crossings between art and crafts and not their distances. Thus, art and craft, before any

categorization, are understood as the work of subjects who, with different intentions, produce something. Through interviews and observation of cultural practices in Praça Sete, it is possible to think not only about the relationship between art and craft in contemporary times, but also the different forms of appropriation and resignification of urban space.

**KEYWORDS:** Cultural Heritage; Central spaces; arts and crafts;

## 1 | INTRODUÇÃO

Inaugurada em 1897, Belo Horizonte é uma cidade de história recente, planejada sob a égide positivista cujo preceito básico era a ordem, não somente no que tange ao espaço, mas também à sociedade que nele se desenvolveria. De início, denominada Cidade de Minas, a nova capital do Estado de Minas Gerais se conforma como uma cidade planejada sob a autoridade da ciência e da racionalidade técnica, tão em voga no século XIX. Protótipo do modelo urbano do futuro, sua concepção seria a base e o limite da sociedade que se desejava constituir: moderna, organizada, com funções definidas e espacialmente localizadas. A zona urbana, que corresponde atualmente à área central da cidade, abrigava as primeiras porções a serem ocupadas. Nos primeiros vinte anos da capital, o chamado bairro Comercial exerceu papel de “centro urbano”. Sua supremacia suplantara qualquer previsão, principalmente pela ausência de um planejamento mais amplo em termos funcionais e sociais. Apesar da segregação imposta pelo traçado urbano, seus espaços converteram-se em lugares da diversidade social: as melhores condições de infraestrutura urbana atraíam as classes mais abastadas que buscavam estabelecer moradia, enquanto a presença do comércio e de serviços garantia a circulação e permanência de grupos que não podiam ali residir em função dos altos valores estabelecidos pelo mercado. Espaço “síntese” do hoje chamado hipercentro, a Praça Sete constitui-se, lugar da sociabilidade, do convívio, do encontro e o do conflito.

## 2 | AS TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS DA PRAÇA SETE

A Praça Sete de Setembro, mais conhecida como Praça Sete, não foi concebida como “praça” na acepção do termo no traçado original da cidade: seus limites resultavam do cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas e das ruas dos Carijós e Rio de Janeiro. Seus espaços de permanência são, na verdade, quarteirões fechados posteriormente entre as ruas que a conformam. Em seu entorno se localizam alguns edifícios referenciais na paisagem da cidade: a sede do Banco Mineiro de Produção, inaugurada em 1953, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer e o Cine Brasil, principal referência arquitetônica da Praça.

O Cine Theatro Brasil, inaugurado em 1932 foi um marco não somente na vida cultural e social de Belo Horizonte, como também na adoção da arquitetura em estilo Art Déco: era uma casa de espetáculos que abrigava também apresentações teatrais. O impacto do edifício na paisagem da cidade se deve não somente à imponente fachada que domina a Praça Sete com suas linhas e curvas futuristas, mas representa também a continuidade da tradução de todo um projeto de racionalidade geométrica e de funcionalidade que permeiam o imaginário urbanístico de Belo Horizonte desde a concepção da cidade. Na década de 1990, o Cine Brasil, como ficou popularmente conhecido, entrou em decadência e permaneceu fechado até o ano de 2006 quando a Vallourec – um conglomerado francês que atua no setor da siderurgia, adquiriu o imóvel com o intuito de restaurá-lo conforme as linhas originais do projeto e realizar modificações para que o edifício se convertesse em Cine Theatro Brasil Vallourec, um centro cultural. Em janeiro de 2013 foram concluídas as obras do grande teatro.

Além dos edifícios, na Praça Sete localiza-se um importante marco histórico e simbólico da cidade: o obelisco popularmente conhecido como “Pirulito”. Monumento histórico comemorativo do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, o marco escultórico teve sua pedra fundamental lançada no dia sete de setembro de 1922, na até então denominada Praça 14 de Outubro. Em função da comemoração, o espaço passa a se chamar Praça Sete de Setembro. A Praça Sete constituiu-se ao longo dos anos como centro financeiro da capital tornando-se o “coração dos negócios”. Na década de 1940 a Praça se consolida como espaço da concentração financeira e de articulação com os vários vetores expandidos da cidade.

O “Pirulito da Praça Sete”, como é chamado pelos moradores da cidade, constitui uma referência importante para os belo-horizontinos, um dos símbolos da cidade, marco do “coração” da capital. A Praça Sete foi ao longo da história e assim permanece, espaço de manifestações políticas e culturais. A Praça tornou-se assim o local das discussões, das manifestações, da sociabilidade e também dos conflitos. Partidos políticos, sindicatos e demais organizações passaram a utilizar esse local para a realização de comícios, reuniões, enquetes populares, abaixo-assinados e outras formas de manifestações.

Nos últimos anos, o “Pirulito” foi testemunha de passeatas estudantis por passe livre e de professores em greve, que fecharam vias do hipercentro e bloquearam o restante da cidade. Nos momentos de alegria, a Praça Sete serve de palco para que as torcidas dos grandes times mineiros comemorem os títulos no futebol.

A Praça Sete de Setembro, que até meados da década de 1970, constituía o centro financeiro de Belo Horizonte, perde sua força econômica com a transferência dos principais bancos para outros locais da cidade. Nesse período, o centro tradicional passa por uma crise funcional, decorrente dos conflitos de trânsito associados ao traçado radiocêntrico e ao sistema de transporte coletivo bairros-centro, que acentuavam

ainda mais a saturação desse espaço. A solução adotada foi a de centralizar na Praça Sete todo o sistema de circulação viária, ocasionando a descaracterização da área e o esvaziamento de funções sofisticadas. Os eixos das Avenidas Amazonas e Afonso Pena se tornam grandes espaços de passagem e baldeações, realizadas, predominantemente por populações de renda baixa e média-baixa. Inicia-se então o processo de degradação do espaço que se acentuará nas décadas posteriores, explicado, em grande medida, pelo abandono dos administradores públicos locais.

Entre as intervenções realizadas na década de 1970, há que se destacar ainda o fechamento dos quarteirões que compõem a Praça, convertidos em passeios públicos com jardineiras e bancos, destinados à permanência. Tal medida teve como intuito ordenar o trânsito e favorecer os pedestres, e pode ser percebida como uma novidade na forma de pensar e conceber o espaço público, uma vez que, nos períodos anteriores a preocupação se voltava primordialmente para a circulação dos automóveis. Até os dias atuais a Praça Sete abriga diversos grupos sociais, que permanecem em seus espaços ou simplesmente transitam por eles. Os quarteirões fechados se tornaram um dos poucos espaços de convívio da região central.

O começo dos anos 1980, marcado pela saturação do modelo do urbanismo moderno e a necessidade de novas propostas, suscitou discussões sobre a necessidade de realização de intervenções nos centros das grandes cidades. A revalorização das áreas centrais, agora objetos de políticas específicas de preservação, buscou responder a problemas relativos à deterioração desses espaços, que, ao longo dos anos foram abandonados pelas elites que neles residia e se transformaram em lugares de passagem frequentados por diversos grupos sociais. O hipercentro de Belo Horizonte não constitui exceção no que diz respeito à degradação dos espaços centrais das grandes cidades. O imaginário acerca do lugar, principalmente a partir da década de 1980 é a da decadência: o lugar da sujeira e do perigo, que necessita de intervenção.

Nesse contexto, é possível pensar em uma mudança de atitude em relação às políticas públicas voltadas para as áreas centrais das grandes cidades, cuja lógica era pela circulação e pela preocupação com a fluidez dos transportes: tais espaços se converteram em locais preferenciais para execução de políticas sociais e de preservação. Há que se considerar também, como fator para a alteração da agenda, as exigências e regras do mercado imobiliário, sempre em busca de novos espaços para empreendimentos.

No final da década, a Prefeitura de Belo Horizonte implementou projetos urbanos voltados para a recuperação da área central: as propostas de intervenção passam a adquirir contornos mais nítidos e maior visibilidade com a disseminação do discurso que enfatizava a importância da região para a memória da cidade e a necessidade de melhoria de seus espaços, associando valorização simbólica e

recuperação física de um espaço considerado degradado. A Praça Sete foi devido ao seu caráter simbólico e sua localização no espaço central, objeto dessas intervenções. Esperava-se que a reformulação de lugares específicos deveria servir de estratégia para o desenvolvimento de intervenções mais amplas por meio de uma reação em cadeia.

Em 1989, a Prefeitura de Belo Horizonte realizou um concurso nacional de arquitetura para a revitalização da área central da cidade denominado BHCentro. A intenção do concurso era buscar soluções para melhorar a paisagem do centro a partir da recuperação de suas edificações, ampliação das áreas verdes, otimização dos espaços, melhoramento da circulação de pedestres e veículos e redução da poluição sonora, atmosférica e visual.

Ao final do concurso, três equipes foram premiadas. Dois anos após a realização do concurso BHCentro uma das equipes premiadas, formada pela fusão de quatro grandes escritórios de arquitetura da cidade, foi convidada a elaborar o projeto para a “nova Praça Sete”. O projeto elaborado em 1991 foi executado com pequenas alterações em 2003. Cada escritório que compunha a equipe se responsabilizou por um determinado quarteirão. O primeiro quarteirão da Rua Rio de Janeiro, trecho entre a Praça Sete e Rua Tupinambás, recebeu o nome de Maxacali, que previa a construção de um posto policial e uma cobertura para abrigar floristas e engraxates. O segundo, entre a Rua Rio de Janeiro entre a Praça Sete e Rua Tamoios, recebeu o nome de Xacriabá e deveria abrigar um anfiteatro, um espaço central e uma tribuna para manifestações. O terceiro, da Rua Carijós entre a Praça Sete e Rua São Paulo, foi denominado Krenak, onde seriam criadas áreas livres para circulação de pedestres e uma cobertura. O quarto e último quarteirão, da Rua Carijós entre Praça Sete e Rua Espírito Santo, recebeu o nome de Pataxó e para seus espaços foram previstas a instalação cabines telefônicas, caixas de correio e bancas para engraxates (Nascimento, Assis e Andrade, 2003).

De acordo com os arquitetos responsáveis pelos projetos, para a definição dos equipamentos foi considerada a forma de apropriação de cada quarteirão da Praça conhecida por meio de um diagnóstico realizado durante a execução dos estudos preliminares para elaboração dos projetos. Apropriado por distintos grupos, as intervenções executadas foram percebidas de formas diversas. Durante as obras as expectativas eram várias: os proprietários de comércios se mostravam otimistas, movidos pela expectativa de aumento da segurança e a retirada dos ambulantes, floristas e engraxates que ali se concentravam. Esses últimos alegavam não terem sido devidamente informados sobre a intervenção e revelavam apreensão acerca da sua permanência no local.

Os projetos de “requalificação urbana”, objetos de permanente discussão em diversas áreas de conhecimento, suscitam questionamentos e justificativas: ressalta-

se a necessidade de reestruturação de áreas urbanas entendidas como marginais, violentas e decadentes, associando tais políticas à possibilidade de dinamização da economia urbana e conseqüente geração de emprego e renda (Scocuglia, 2004). Nessa lógica, há um jogo de *marketing* e competição entre cidades por investimentos produtivos no mundo globalizado, no qual os bens culturais e as especificidades locais são elementos fundamentais por seus atributos ambientais, culturais e históricos: são produtos rentáveis.

Acredita-se que as propostas implementadas nas áreas centrais devem ter como premissa o uso e a vivência de seus espaços: toda e qualquer intervenção urbana necessita considerar a história impressa na paisagem e das apropriações dessa história enquanto memória, lugar de identidade. A partir dessa compreensão, as intervenções devem resultar em melhoria da qualidade de vida das pessoas que atribuem àquele espaço distintos significados.

Tal como experiências de intervenções realizadas em centros históricos de grandes cidades brasileiras como Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife, é possível pensar que a proposta de revitalização tinha como principal objetivo transformar a Praça em um lugar agradável e seguro, afastando o estigma da sujeira e da violência. Nesse sentido, as intervenções se limitaram, basicamente, a execução de mobiliário urbano, recuperação de passeios e mudança na pavimentação, bem como a restauração de imóveis de interesse mercadológico. Ainda que limitada pelo caráter escultórico e visual dos equipamentos que pouco acrescentava à qualidade de vida dos cidadãos, a intervenção não restringiu a diversidade e vitalidade dos espaços da Praça, que foram reapropriados por antigos e novos grupos.

### **3 | PRÁTICAS CULTURAIS E ARTÍSTICAS NA PRAÇA SETE DE SETEMBRO: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS**

O presente trabalho é resultado de uma longa pesquisa que teve início em 2002. As investigações realizadas naquele momento buscaram compreender as distintas visões dos grupos que vivenciaram e se apropriaram, ao longo dos anos, dos espaços da Praça. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, novos questionamentos surgiram, explicados em grande medida pela própria dinâmica do espaço urbano. Em um primeiro momento, foi possível, por meio de observações e de entrevistas, perceber as expectativas dos usuários daquele espaço acerca da reforma. As pesquisas se iniciaram durante as obras de revitalização, em 2002, o que possibilitou captar não somente expectativas, mas também os diálogos estabelecidos entre a Prefeitura Municipal e os grupos de pessoas que exerciam algum tipo de trabalho no local. De acordo com as entrevistas realizadas naquele momento, apenas alguns grupos foram informados acerca do processo de revitalização. A principal

preocupação dos ambulantes e artesãos – que exerciam ofícios diversos – era, se naquele “novo espaço” haveria lugar para todos.

A segunda etapa da pesquisa, realizada em 2003, teve como objetivo apreender as percepções dos usuários após a execução do projeto. Os depoimentos colhidos imediatamente após a reforma já revelavam insatisfação por parte dos comerciantes (Nascimento, Assis e Andrade, 2003). Em relação à segurança, desejo comum de todos os grupos, a maioria das pessoas afirmava não ter observado grandes transformações: *De melhoria, trouxe só a estética, pois melhorou e deu um destaque na arquitetura da cidade. Estava faltando essa reforma no Centro, mas a violência não melhorou. Tem que ter policiamento* (Entrevista realizada em 2003).

Por meio da pesquisa realizada em 2013, as observações na Praça Sete permitiram captar as aproximações e distanciamentos referentes às percepções captadas no período no qual se iniciaram as investigações. Onze anos após as intervenções, a vitalidade e diversidade de seus espaços permaneceram. No entanto, sua imagem estava, novamente, associada à decadência. Nos quarteirões da Praça Sete é possível observar grupos que já frequentavam a Praça antes e imediatamente após a reforma, como os artesãos e ambulantes, que dividiam espaços com outros grupos que, tal como à época da revitalização, continuam sendo vistos como “indesejáveis” por grande parte dos frequentadores e passantes.

Cabe ressaltar que o reconhecimento do espaço urbano como lugar do conflito, não se constitui, no entanto, uma barreira intransponível para distintas apropriações deste e das relações nele estabelecidas: o caminhar pela rua, os lanches rápidos, as compras acompanhadas pelas conversas com os vendedores e compradores constituem a sociabilidade e definem a construção de um território, que, mais que um espaço social, exprime uma representação física, afetiva e política do processo de apropriação. Segundo Maffesoli (2001),

Os menores gestos da vida cotidiana: o aperitivo no final da tarde, os rituais de vestuário, os passeios da noite na praça pública, as conversas de bar e os rumores do mercado, todos esses “pequenos nada” que materializam a existência e que a inscrevem num lugar são, na verdade, fatores de socialidade. Podemos mesmo dizer que, através de seu aspecto anódino, eles produzem sua intensidade (MAFFESOLI, 2001, p. 87).

Ainda que tenha sofrido ao longo dos anos intervenções que tinham como objetivo revitalizar seus espaços – a maior delas concluída em setembro de 2003, alvo de grande polêmica em virtude de seu caráter “embelezador” e excludente, a Praça Sete permanece como espaço de grande diversidade. Nesse sentido, embora a lógica das intervenções implementadas com o objetivo de requalificar áreas degradadas não pareça se nortear pela preocupação com os que vivem na cidade, mas pela associação entre consumo e cultura, é possível perceber os “contra-usos”

do espaço, termo cunhado por Leite (2004) para designar apropriações capazes de subverter os usos propostos para um espaço possibilitando a sua fruição de distintas maneiras por grupos para os quais o lugar não havia sido pensado.

A Praça Sete, na atualidade, abriga no seu cotidiano artesãos, grupos de músicos, estátuas vivas, floristas, compreendidos nesse estudo como artesãos, pessoas que buscam obter algum ganho por meio da venda de seu trabalho. Nesse momento, a pesquisa se volta para a problematização acerca da produção dos distintos grupos se apropriam dos espaços da Praça para exercer seus ofícios, bem como investigar o ofício do artesão na aproximação e diferença com a arte e as exigências do mundo do trabalho. Por meio de entrevistas e da observação das práticas culturais na Praça Sete, é possível pensar não somente a relação existente entre arte e artesanato na contemporaneidade, mas também as diferentes formas de apropriação e ressignificação do espaço urbano.

A cidade é uma permanente produção cultural, que traduz a capacidade humana de apropriar-se do território e da construção de seus espaços. Pelo fato de guardar e transmitir valores nela impressos, a cidade revela-se como patrimônio cultural, documento da história urbana.

Nesse sentido, é possível pensar as manifestações artísticas que surgem na apropriação dos espaços urbanos por grupos que ocupam esses lugares para exercer seu ofício. Para perceber as manifestações artísticas nos espaços urbanos é necessário exercitar o poder de observação: na maioria das vezes a rotina, o andar ligeiro do cotidiano torna as pessoas menos atentas ao mundo que as rodeia.

Ao circular pela cidade, o costume e a familiaridade com os lugares leva os passantes a observar com menos atenção o que consideram, na maioria das vezes “sempre igual”, e por isso, desinteressante.

Desse modo, os distintos cenários urbanos possibilitam interações e interpretações infinitas, principalmente ao se tomar como referência distintos métodos e instrumentos de pesquisa, como a etnografia. Tal método possibilita uma *visão de perto e de dentro*, que permite apreender aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos se pensados somente pelo ponto de vista das grandes análises (Magnani, 2002).

A pesquisa de campo abre possibilidades de analisar como a cultura reflete e permeia as contradições de uma sociedade complexa, entendendo a cultura não como algo externo, mas como um fenômeno que é produzido pelas pessoas nas suas relações sociais. O que realmente interessa ao olhar conduzido pela etnografia urbana, não é somente o reconhecimento e o registro da diversidade cultural, mas a busca da compreensão de tais comportamentos: são experiências de sociabilidade, trabalho, lazer, e religiosidade, que só aparecem como exóticas, bizarras, ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido ou ignorado (Magnani,

2008).

Ao caminhar pela Praça Sete é possível observar a permanência de artesãos que exercem distintos ofícios que ocupam seus quarteirões e que, integrantes do mercado informal, tentam sobreviver por meio de sua produção. Nesse sentido, é possível pensar o ofício do artesão na aproximação e diferença com a arte, as exigências do mundo do trabalho e sua relação com a constituição de uma “cena urbana”, que de acordo com Silva (2011), pode ser entendida como a forma como os habitantes

se apropriam dos espaços da cidade em um processo de redefinição dos usos e apropriações do espaço. A partir da configuração de uma “cena urbana”, se constroem representações que dialogam com outras representações e com outras práticas – que são os processos de apropriação do espaço urbano. A cena designa conjuntos particulares da atividade social e cultural sem especificar a natureza dos limites que os circunscreve. Constitui-se em uma ferramenta analítica que permite o exame da inter-relação entre os atores sociais e os espaços urbanos (SILVA, 2011, p. 1.)

A partir do que se entende por cena urbana, é possível pensar as diferentes formas de produção artística que atribuem diferentes significados políticos, sociais e culturais ao espaço. Um dos pontos fundamentais para levantar tal problemática diz respeito à noção de arte e artesanato e sua relação com a modernidade. A arte aqui não é vista como cânone no sentido atribuído pelo século XIX, nem a cultura popular como algo apartado da sociedade, mas sim como uma produção que envolvida dimensões políticas, sociais e econômicas.

O artesanato é entendido enquanto processo em constante transformação, espelhada na reformulação dos modos de produção, consumo e circulação. Tanto a produção material quanto as suas expressões simbólicas constituem a matéria-prima para a construção e manutenção das tradições, na modernidade.

Nesse sentido, analisar as distintas apropriações dos quarteirões da Praça Sete de Setembro envolve múltiplas dimensões tais como o consumo, modo de fazer e circulação, bem como a importância destas práticas para a construção de tradições.

Segundo Berman (1986) a modernidade permite a representação das formas passadas, mas também expressa a reformulação dessas mesmas formas, valores e identidades, através da produção de novas configurações. Assim, a modernidade admite a coexistência entre tradição e modernidade que, por meio de sua intermediação, revela novas identidades.

Nesse sentido, é possível pensar que, conforme argumenta Canclini (2003), as oposições entre o culto e o popular, entre o moderno e o tradicional condensam-se na distinção estabelecida pela estética moderna entre arte e artesanato. Assim, para se compreender a cultura e o popular é necessário recusar a preocupação em distinguir o que teriam a arte e o artesanato de puro e não contaminado: é necessário

preocupar-se menos com o que se extingue do que com o que se transforma, os cruzamentos. De acordo com o autor,

nunca terá havido tantos artesãos, nem músicos populares, nem semelhante difusão do folclore”, uma vez que “os seus produtos mantêm funções tradicionais (dar trabalho aos indígenas e camponeses) e desenvolvem outras modernas: atraem turistas e consumidores urbanos que encontram nos bens folclóricos signos de distinção, referências personalizadas que os bens industriais não oferecem” (Canclini, 2003: 218).

Assim como a análise das artes cultas requer livrar-se da pretensão de autonomia absoluta do campo e dos objetos, o estudo acerca das culturas populares exige desfazer-se da suposição de que seu espaço próprio são sobrevivências isoladas dos agentes modernos que hoje as constituem tanto quanto suas tradições: as indústrias culturais, o turismo, as relações econômicas e políticas com o mercado nacional e transnacional dos bens simbólicos. A essas múltiplas dimensões que envolvem o consumo, o modo de fazer e acirculação o autor denomina “culturas híbridas”. Nesse sentido, tomando como referência as políticas culturais que buscam ampliar o entendimento acerca da preservação de patrimônio – material e imaterial, cabe inferir que

Se a cultura é para ser conservada, então tem que sobreviver. Para tanto, os seus “portadores” devem ter poder para praticar essa cultura, revê-la, transformá-la e adaptá-la a novas circunstâncias de mudança, de forma a serem encontrados novos significados para práticas antigas e antigos significados para práticas novas (Esteves, 2008: 09).

As distintas apropriações dos quarteirões da Praça sete, esta cena urbana, se configuram a partir da compreensão daquele espaço enquanto lugar que envolve múltiplas dimensões da cultura na cidade contemporânea, tais como modo de vida, modo de fazer, circular e consumir, em estreita relação com a convivência entre modernidade, tradição e seus hibridismos.

O quarteirão chamado Xacriabá, espaço no qual foi implantado maior número de equipamentos para a permanência, foi apropriado – e posteriormente definido por meio de decreto da Prefeitura Municipal após reivindicações e disputas judiciais – por diversos grupos que permanecem em seus espaços ao longo do dia e à noite. Merece destaque o processo de realocação desses artesãos.

Em 2014, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos determinou dois pontos para que os artesãos pudessem se estabelecer: eles deveriam expor seus trabalhos apenas na Rua Carijós, em frente ao Cine Theatro Brasil Vallourec. A mudança não foi bem recebida pelos comerciantes e nem mesmo pelos artesãos.

De acordo com o Jornal Estado de Minas<sup>1</sup>, o presidente do Cine Theatro

<sup>1</sup> [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/06/interna\\_gerais,587224/novo-espaco-para-ambulantes-no-centro-desagrada-artesaos-e-comerciantes.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/06/interna_gerais,587224/novo-espaco-para-ambulantes-no-centro-desagrada-artesaos-e-comerciantes.shtml) acesso em 01/12/2019

Brasil Vallourec declarou: “Estão tumultuando bastante o quarteirão na rua Carijós. Muitos se sentam na porta do teatro e penduram os seus trabalhos nas grades. Já encontramos até restos de comida e fica um cheiro forte de urina”. Ainda de acordo com o referido presidente, a queixa não seria contra os artesãos, mas à decisão de colocá-los no quarteirão que passou por processo de revitalização e foi entregue à cidade em 2013, com a obra Guerra e Paz, de Cândido Portinari. “Foram investidos R\$ 57 milhões no restauro, sendo 55% dinheiro da iniciativa privada e 45% de incentivos fiscais. Somos os responsáveis pela manutenção do espaço, por trocar lâmpadas e fazer a reposição das mesmas”, completou. A matéria ressalta ainda outras reclamações e sugestões para a solução da questão:

“O diretor do Café Cine Brasil também se queixa. Embora entenda a necessidade de trabalho dos artesãos, ele acredita que a medida adotada pela prefeitura foi apenas um “paliativo”. “Qual a diferença de tirá-los da Rua de Janeiro e colocá-los na Rua Carijós? Eles não têm água, banheiro ou qualquer infraestrutura para trabalhar.” Para ele, é necessário que a prefeitura organize o espaço público de maneira mais adequada. “Eles poderiam ir para frente do Parque Municipal, entre o Palácio das Artes e a Rua da Bahia”, sugere”.

**A matéria apresenta a avaliação dos artesãos, cujas reivindicações evocam a relação com o espaço e a tradição, além da necessidade de sobrevivência por meio do trabalho:**

A artesã Denise Barbosa, de 42, considera que a prefeitura deveria dispensar um tratamento mais digno aos artesãos, uma vez que fazem parte da história da cidade. “As pessoas chegam, querem conversar com a gente”, diz. No entanto, ela admite que o espaço precisa ser melhor organizado. “Está feio, confuso e desorganizado. Está ruim para nós e para quem compra”, concluiu. Há 20 anos como artesão na rua, Fernando do Chile, de 58, defende que seja feita uma licitação<sup>2</sup>.

Artesãos reclamam que têm enfrentado dificuldades para conseguir sustento. Alda Leão, de 37 anos, diz que paga aluguel no Bairro Padre Eustáquio e sustenta a filha com o dinheiro que consegue vendendo pulseiras, brincos e enfeites. “Não é só na Praça Sete que estamos tendo problemas. Na Feira Hippie, que é um espaço legítimo nosso, estamos sendo expulsos pelos fiscais”, criticou. Da tribo dos Pataxós, do Sul da Bahia, os artesãos Renan Santos Brás e Willian Sidney Gualter e Silva, ambos de 25 anos, também questionam a proibição de exposição e venda nos quarteirões fechados da Praça Sete, que têm nomenclatura indígena. “A gente não é bem-vindo num quarteirão que se chama ‘Krenak’. Em lugar nenhum do Brasil se proíbe as pessoas de vender artesanato para sobreviver”, reclama Renan, que pertence à aldeia Coroa Vermelha. Segundo ele, a fiscalização vem diminuindo e não chegou a recolher seu material<sup>3</sup>.

Em 2015<sup>4</sup>, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU) revogou

<sup>2</sup> [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/06/interna\\_gerais,587224/novo-espaco-para-ambulantes-no-centro-desagrada-artesaos-e-comerciantes.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/06/interna_gerais,587224/novo-espaco-para-ambulantes-no-centro-desagrada-artesaos-e-comerciantes.shtml) acesso em 01/12/2019.

<sup>3</sup> [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/18/interna\\_gerais,591063/artesaos-voltam-a-ocupar-quarteiroes-proibidos-nas-ruas-rio-de-janeiro-e-carijos.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/18/interna_gerais,591063/artesaos-voltam-a-ocupar-quarteiroes-proibidos-nas-ruas-rio-de-janeiro-e-carijos.shtml) acesso em 01/12/2019.

<sup>4</sup> [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/03/interna\\_gerais,713895/prefeitura-define-mais-seis-locais-de-bh-para-a-atividade-de-hippies-e.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/03/interna_gerais,713895/prefeitura-define-mais-seis-locais-de-bh-para-a-atividade-de-hippies-e.shtml) acesso em 01/12/2019.

a portaria publicada anteriormente e definiu que os artesãos deveriam deixar o quarteirão da Rua Carijós, ao lado do Cine Theatro Brasil Vallourec, e ocupar o quarteirão da mesma rua, do outro lado da Avenida Afonso Pena, perto da Unidade de Atendimento Integrado (UAI) Praça Sete, entre a praça e a Rua São Paulo. A exposição das peças também seria permitida na Rua Rio de Janeiro, quarteirão fechado entre Praça Sete e Rua dos Tamoios.

Durante o dia, os artesãos, chamados comumente por “*hippies* da Praça Sete”, que atualmente ocupa grande parte do quarteirão continuam não sendo bem vistos pelos comerciantes em geral. Frequentemente ocorrem conflitos entre esses artesãos e a fiscalização da Prefeitura em ação conjunta com a Polícia Militar. Os motivos são, geralmente, o descumprimento das normas para comercialização de produtos, estabelecidas pelo Código de Posturas da capital. Nas operações realizadas pelos órgãos fiscalizadores são apreendidos produtos irregulares e aplicadas multas por vendas irregulares. Por vezes ocorrem prisões por desacato e apreensão de drogas, sendo a violência constantemente citada pelos entrevistados e atribuída aos dois lados. Os conflitos entre autoridades e artesãos no local se tornaram, em certa medida, comuns, e provocam discussões que envolvem, desde questões relativas ao trabalho informal até o preconceito dirigido contra o estilo de vida adotado por esses grupos.

Tais conflitos não constituem novidade. Em matéria exibida pelo Jornal O Tempo, em 2011, os entrevistados deixavam transparecer a insatisfação com a presença dos artesãos na Praça, opinião compartilhada por parte dos demais usuários e passantes<sup>5</sup>: “Os camelôs se foram, mas os *hippies* estão aí. Fumam maconha, pedem esmola de forma agressiva e, às vezes, praticam pequenos furtos e defecam nas calçadas”. Uma vendedora relata que tem receio ao abrir a loja: “Quando vejo que eles estão fumando, fico mais atenta. Nunca sei o que pode acontecer”. Outro comerciante declara: “A Praça Sete é a Amsterdã de Belo Horizonte”, referindo-se à permissividade do consumo de drogas no espaço em plena luz do dia. O síndico e proprietário de uma loja na Galeria Praça Sete, cuja entrada se localiza no quarteirão, comenta: “Não tem lógica! Esses *hippies* vieram para aí... não que eu tenha alguma coisa contra eles... vieram para aí e não tomaram conhecimento...” Em um segundo momento da entrevista, pondera: “Esses *hippies* aí também trazem gente para comprar, porque queira ou não eles têm a necessidade deles de lutar pela vida... eu não sou contra eles não... (...) Eles têm criado uma série de problemas para nós, mas a gente tem procurado resolver de forma pacífica com eles... Tá dando para levar...” De acordo com o Gerente de Regulação Urbana, não há nenhum plano para afastar os *hippies* da Praça Sete: “Os *hippies* se renovam a cada dia. Nossa gerência de ações sociais vem tentando enquadrá-los em programas sociais, mas

5 Jornal O Tempo, 28/04/2011.

não temos sido bem sucedidos”.

Durante as observações e as entrevistas realizadas com os artesãos, foi possível perceber as tensões existentes na convivência entre lojistas e artesãos, que reivindicam seus direitos à luz das recentes políticas culturais. Um artesão argumenta: “Eu provo que eu sou cultura. Tá escrito visualizar e tombar como cultura... Por que é que não me visualiza”? (Entrevista realizada em outubro de 2016)

A relação com o espaço e a tradição do lugar é sempre lembrada pelos artesãos, como é possível perceber na fala do entrevistado:

“Acho que o governo tem que melhorar a praça, porque isso aqui é tradição. Tem mais de 40 anos que os artesãos estão aqui vendendo a sua arte, sou filho de artesão, fui nascido e criado aqui nessa praça, eu tenho 30 anos e desde quando eu nasci eu conheço essa Praça” (Entrevista realizada em outubro de 2016).

A entrevista realizada com um artista que se transforma em “estátua viva”, revela relação semelhante com os espaços da Praça. Segundo o entrevistado, a sua arte foi ensinada pelo seu tio, um dos primeiros artistas de rua da cidade “umas das primeiras pessoas que trouxe a arte de estátua viva aqui para BH”:

Eu trabalho aqui já vai fazer 11 anos... tenho um personagem até muito famoso, o caubói prateado da Praça Sete. Só que ele está aposentado agora. É um que ficava geralmente do outro lado ali e fazia uma roda grande de mulheres (...) Eu pretendo trazer novos artistas e facilitar o trabalho deles, fazer com que eles entendam mais rápido a linguagem do povo, porque senão não adianta nada, pois eles falam uma linguagem e o povo entende outra (Entrevista realizada em outubro de 2016).

O entrevistado, quando perguntado acerca das transformações observadas ao longo do tempo, afirma: “Impressionante as pessoas de hoje... elas chegam mais, elas lidam com o nosso trabalho como sendo um trabalho! Elas percebem que é uma forma diferente de trabalho e é uma expressão de arte, uma expressão necessária” (Entrevista realizada em outubro de 2016). Assim, no movimento da cidade, nos espaços da Praça Sete, os interesses mercantis cruzam-se com os históricos, estéticos e comunicacionais. As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado e subordinar os demais à própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular para sobreviver (CANCLINI, 2003).

Ainda no quarteirão Xacriabá ocorre um evento tradicional em Belo Horizonte que se realizas noites de domingo na Praça: é o “Soul na Praça Sete”<sup>6</sup>.

Durante o dia circulam pelo quarteirão uma grande quantidade de pessoas que,

<sup>6</sup> O evento teve início em 2004 quando dois amigos começaram a utilizar o equipamento de som de uma Caravan para tocar os clássicos do Funk e Soul. As pessoas passaram a se aglomerar e dançar próximas ao automóvel. Com o passar do tempo o movimento se tornou referência na cidade para todos os fãs do ritmo e melodia negros, resgatando não só as músicas, mas também a moda e a ginga da década de 1970. A cada final de semana a frequência foi ficando maior, o que trouxe a necessidade da ocupação de um espaço maior. A partir de então o evento passou a acontecer na Praça Sete.

por vezes permanecem em seus espaços: são grupos de estudantes, trabalhadores que descansam em horário de almoço entre outros tantos. A permanência de distintos grupos na Praça possibilita pensar que as relações dos grupos com o espaço não se reduz à sua centralidade no traçado urbano, mas também ao seu caráter simbólico. A Praça Sete se consolidou como local de importância histórica, simbólica e afetiva. De espaço para nortear o fluxo do trânsito passou a ser um lugar de memória, do encontro, espaço preferencial da sociabilidade na área central da cidade.

A Praça é também, em função da circulação de pessoas, espaço preferencial para a divulgação de campanhas de saúde pública como a doação de sangue, vacinação entre outras. Nos demais quarteirões, outros grupos também podem ser observados: idosos, ambulantes, jogadores de xadrez que alugam tabuleiros e mesas, grupos de indígenas que comercializam seus produtos. O comércio informal: vendedores de livros, mochilas, cadarços, pedras semipreciosas e outras mercadorias são vendidas por ambulantes que circulam por seus espaços.

Cabe pensar que, se por um lado o traçado da Praça Sete foi concebido segundo os ideais da modernidade, cujo caráter pressupõe individualidade e distanciamento que podem ser exercidos nos “locais de passagem”, por outro ela abriga diversos grupos, como os artesãos, os jogadores de xadrez, os ambulantes, as pessoas em situação de rua e uma gama de outros atores que fazem de seu cotidiano um intenso local de sustento, convívio e sociabilidades. Nesse sentido,

A modernidade, paradoxalmente, ajusta-se às constantes (re)composições da relação entre tradição e modernidade que, por seu intermédio, têm vindo a instituir novas modalidades de celebração do patrimônio, novos catálogos emblemáticos identitários e novos processos de circulação mercantilizada da cultura. Neste processo, o conceito de cultura é (re)aproveitado e (re)inventado, numa forma que serve novas funções e redimensiona o significado de práticas culturais coletivas (ESTEVES, 2008, p. 10).

Cada grupo que se apropria da Praça traz consigo suas vivências, e por meio da apropriação de seus espaços, constroem sistemas de signos próprios, estabelecem relações de pertencimento e de conflito.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bresciani (1991), a cidade não pode ser vista como uma produção global, fruto do trabalho dos intelectuais e de seus instrumentos de trabalho, os conceitos. As imagens plenas e as representações racionais se esgarçam e deixam entrever territórios, que podem ser espaços, meios geográficos, mas podem também levantar o véu racional que encobre as fugidias subjetividades. Podem ser espaços onde as múltiplas redes de sociabilidade se repetem, diferenciam-se, modificam-se

em filamentos imponderáveis. Nesse sentido, a matéria urbana forma-se pelo fio condutor da opinião, como transmissor de memória, uma compreensão acerca do urbano, mutável, transportador de pedaços de recordações, tanto históricas, como pessoais, intimamente misturadas à escrita, à escuta, ao momento e aos costumes.

Como lugar de identidades, a Praça Sete se constitui lugar de memória na cidade ao conservar os modos de ser e de viver sedimentados nas práticas sociais que os indivíduos construíram através do tempo. Os laços de identidade constituídos no passado deixam marcas, as referências dos seus usos e formas de apropriações é que criam a noção de memória coletiva.

Nesse sentido, a Praça Sete configura, segundo expressão cunhada por Maffesoli (1994), um “espaço de celebração” – no sentido religioso do termo – onde são celebrados diversos cultos com forte coeficiente estético-ético. Esses constituem espaços de socialidade, aonde vamos “tocar” os outros com quem fazemos o mundo onde vivemos. Os “espaços de celebração” ou de socialidade misturam afetos e emoções comuns: são feitos para e pelas tribos que os elegeram como domicílio e por isso, materializam os grupos que os vivenciam. A capacidade do território de expressar a comunidade que o constituiu é que faz do espaço físico o espaço vivido.

## REFERÊNCIAS

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Companhia das Letras, São Paulo, 1986.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas – Estratégias para sair e entrar na modernidade**. EDUSP, São Paulo, 2003.

CARVALHO, Marco Eliel de. *A realidade do cotidiano e a sociabilidade no lugar: a Praça Sete como espaço significado*. IX Seminário de história da cidade e do urbanismo, 4 a 6 de setembro. São Paulo, 2006.

ESTEVES, Denise Gayou Lima Reis. **As Artes e Ofícios Tradicionais na Contemporaneidade – Práticas (in) Populares?** VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa, 2008.

LEITE, Rogério Proença. **Contra usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente: por uma sociologia da vida cotidiana**. Natal: Argos, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **O poder dos espaços de celebração**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n.116, p. 59-70, jan./mar. 1994.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, Junho, 2002.

NASCIMENTO, Alexandra; ANDRADE, Luciana Teixeira de; ASSIS, Maurílio José Amaral. **Revitalização da área central de Belo Horizonte: interferências na memória e na identidade cultural**. V Encontro Regional Sudeste de História Oral – ABHO “Diálogos Contemporâneos: Cultura e

Memória”. Tiradentes, Minas Gerais, 2003.

SILVA, Regina Helena Alves da. **Arquiteturas do espaço público**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 73, 75, 76, 77, 90, 91, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 158, 163, 164, 167, 168, 170, 172, 173

Aprendizagem 3, 6, 12, 13, 17, 18, 19, 26, 27, 31, 35, 36, 38, 40, 48, 50, 52, 55, 59, 62, 65, 67, 71, 75, 79, 80, 81, 84, 87, 88, 91, 96, 98, 99, 100, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 143, 157, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 193, 195, 214, 216, 217, 219, 222, 223, 224, 234, 237

Artes 12, 24, 28, 52, 71, 114, 198, 207, 208, 212

Atribuições 9, 17, 18, 103, 158

Avaliação 15, 16, 18, 19, 20, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 60, 65, 67, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 98, 100, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 124, 127, 128, 130, 151, 153, 162, 193, 194, 195, 196, 208, 222, 234

### C

Campos de Experiência 214, 215, 219

Cego 73, 76, 77

Compreensão do Professor 122

Computador 56, 73, 76, 98

Concepções de Autismo 102, 141

Criatividade 5, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 215, 216, 218

Cultura Circense 214, 216, 219

### D

Diagnóstico Precoce 139, 140, 153, 239

Dificuldade de Aprendizagem 122, 123, 124, 125, 126, 127

Discalculia 124, 125, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 232, 233, 234

Dislexia 65, 66, 67, 70, 71, 115, 116, 124, 125, 231, 232

### E

Educação Especial 9, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 101, 113, 124, 128, 129, 130, 131, 135, 139, 157, 158, 162

Educação Inclusiva 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 128, 129, 130, 131, 132, 158, 162

Educação Infantil 85, 113, 128, 130, 196, 214, 215, 217, 218, 219, 220

Educação Profissional 21, 22, 24, 26, 28, 194

E-Learning 73, 78

Ensino Inclusivo 129, 221

Escrita 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 98, 115, 117, 118, 120, 126, 179, 182, 183, 185, 194, 212

Escrita Manual 64, 65, 66, 67, 70

Espaços Centrais 198, 201

Estudos CTS 21, 28

## F

Formação de Professores 8, 128, 157, 158, 160, 162, 187, 189, 190, 191, 195

Francês 174, 175, 180, 181, 182, 184, 185, 200

## G

Gramática 15, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186

## I

Inclusão 21, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 67, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 128, 129, 130, 136, 139, 140, 155, 156, 157, 158, 162, 164, 169, 170, 172, 222, 223, 233

Inteligências Múltiplas 48, 49, 50, 52, 98

Interação Pessoa 73, 76

## L

Leitura 33, 66, 68, 101, 106, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 126, 127, 130, 133, 164

Língua Estrangeira 174, 175, 177, 182, 184, 185

## M

Métodos de Estudo 48

Militar 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 189, 209

Música 132, 133, 134, 135, 136, 137, 218

## N

Neurobiologia do Autismo 140

Neurociência 128

## O

Ofícios 198, 204, 205, 206, 212

## P

Papel 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 27, 36, 48, 49, 84, 88, 94, 104, 107, 110, 128, 129, 136, 159, 166, 170, 174, 176, 177, 184, 192, 199, 217, 218, 239, 240

Patrimônio Cultural 198, 205, 215, 216

Pedagogo 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 124, 242

Pensamento Sistêmico 30, 32, 36, 37

Políticas de Financiamento 79, 80, 83, 87

Prática Docente 3, 30, 160, 222, 233

Psicologia Histórico-Cultural 102, 103, 107, 112

## S

Surdez 132, 133, 134, 135, 136, 137

## T

Tabuada Geométrica 221, 223, 224, 225, 226, 233, 234

TEA 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 140, 141, 142, 144, 153

Tecnológica 3, 21, 22, 24, 26, 28, 40, 164

Transtorno de Aprendizagem 122, 123, 124, 125, 126, 127, 223, 224

Transtorno do Espectro Autista 102, 106, 139, 155, 156, 159

## U

UX 73, 74, 76, 78

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**